

Educação e relações étnico-raciais: Instrumentos, ferramentas – intencionalidade e propósito

Education and ethnic-racial relationships: instruments, tools – intentionality and purpose

Por *Rogério Salatini de Almeida*, artista, produtor cultural e pesquisador de artes e humanidades, formou-se em Comunicação das Artes do Corpo na PUC/SP, é Mestre em Poéticas Visuais pela ECA/USP, especialista em Gestão Cultural pelo Centro Universitário SENAC e atualmente Doutorando em Artes Visuais na mesma instituição.

Contato: salatinicontato@gmail.com

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar uma reflexão em tópicos, com abordagem de tonalidade filosófica, que aponta na direção de entender as práticas antirracistas como desdobramentos de elementos maiores nas relações de ensino-aprendizagem: a intencionalidade antirracista e o propósito antirracista. Esses conceitos são atrelados ao “método de cartografias” apresentado sob a ótica da artista educadora Sumaya Mattar, com o intuito de desvelar tais entendimentos pelo modo como propõe essa autora. E por fim rascunha uma proposta de diferenciação entre as ideias de “combate” e “resistência”, que podem ser entendidas no termo “antirracista”, afirmando que a segunda, tendo por base o pensamento de Gilles Deleuze, é uma forma em devir de prática antirracista, e por isso dotada de uma potência de ato criador.

Palavras-chave: Educação. Educação antirracista. Intencionalidade. Propósito. Arte educação.



Abstract

This article aims to present considerations divided on topics. It adopts a philosophical approach in order to better understand how anti-racist practices unfolds from major elements in the teaching-learning relationship: the anti-racist intentionality and the antiracist purpose. These concepts are connected to the cartographies method as considered by the artist and educator Sumaya Mattar. It concludes drafting a proposal for differentiating the ideas of “combat” and “resistance”, which can be implied from the notion of “anti-racist”, and states that the word “resistance”, based on the philosophy of Gilles Deleuze, is an anti-racist practice in a way of becoming, thus carrying the power of creativity.

Keywords: Education. Anti-racist education. Intentionality. Purpose. Art education.

1. Introdução

A Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003 altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e dá outras providências.

Por força da lei, que, de certa forma, pode ser compreendida como uma ação e vazão a um anseio da sociedade, a educação torna-se obrigada a deparar-se com uma questão que ainda não está nem sequer avançada em termos de seus significados e temas tangentes, seja no ambiente educacional, seja na estrutura da sociedade como um todo. Trata-se da irremediável constituição de uma experiência partilhada em nossa sociedade quanto às relações étnico-raciais. No entanto, ainda mais importante torna-se a missão de fazer emergir este debate no ambiente de ensino e aprendizagem.

Para dar início a esta reflexão cabe indicar que o assunto central do artigo é, de fato, mais do que um assunto. Trata-se de algo maior do que uma problemática ou uma temática para a qual possamos produzir reflexões teóricas, opinar, ou imaginar chegar a um resultado nesta empreita, que apontem alguma forma de lidar com o irremediável. Falar em uma “educação antirracista” seria pormenorizar, idealizando um conjunto de práticas no campo da



educação que instrumentalizasse a atuação do educador para o combate ou a resistência a algo que é estrutural, que se entranha em quase todo e qualquer fazer político, logo educacional, conseqüentemente, nas sociedades que se constituíram em e por processo de colonização, e até mesmo chegando a uma matriz que se expande para além dos territórios coloniais.

Ocorre que a esteira do racismo é estrutural, social, mas o efeito deste é ambivalente – se dá de forma a afetar grupos, comunidades, a sociedade como um todo e, seguindo por uma via talvez mais interessante, pode levar a uma reflexão sobre os processos da educação – tendo em mente o que aponta Jacques Rancière em sua obra *O mestre ignorante* (Autêntica, 2007), segundo a qual a emancipação no fazer pedagógico está no entendimento das dimensões dos desejos e vontades, e nesta aproximação impacta as próprias subjetividades, no âmbito da instituição de ensino, como será melhor discutido doravante neste texto.

2. Cartografias e o propósito antirracista acima de qualquer prática

Neste campo, digamos, mais individual das subjetividades, as cartografias de cada indivíduo alocam os efeitos do racismo estrutural em um âmbito de sua existência, fatalmente em um modo de despotencialização, mas culminando em um elemento no processo de construção da subjetividade de cada um daqueles que sofreram essa violência estrutural de algum modo. Entender uma educação antirracista apenas como um conjunto de práticas, métodos, instrumentos e ferramentas para processos pedagógicos pode acarretar o equívoco de, por engano, reproduzir esse racismo. Da mesma forma, pressupor-se uma subjetividade homogeneizada, uma identidade sem subjetividade, para quem com o racismo confrontou-se em sua formação.

Sumaya Mattar escreve sobre os processos de formação docente que:

Além da dimensão social e política, rememorar a própria história de formação, encontrando elos significativos entre as experiências, localizando pessoas e acontecimentos importantes, (re)descobrir o sentido das escolhas feitas, entre outras coisas, tem enorme potencial pedagógico na formação docente; não à toa, há muitas pessoas trabalhando nesta perspectiva no Brasil e em várias outras partes do mundo. (MATTAR, 2018, p. 59)



O que a autora apresenta é a ideia de cartografar-se como potência na formação docente. Falar em potência, nesse percurso, condiz melhor com o que se designa os fazeres na educação. Também é a construção de uma “cartografia de si” que podemos denominar “processo de identificação de propósitos” nas práticas educacionais.

Não cabe neste artigo propriamente uma discussão a respeito das estruturas do racismo, que têm em outras vozes mais legitimidade e capacidade do que nas letras deste autor que aqui escreve, mas sim uma tentativa de alertar para os riscos sempre presentes de banalização das questões, quando tratadas de forma geral.

Existe uma diferença terminante entre as ideias de “cartografia” e de “topografia” que pode nos servir. Corre-se o risco, idealizando genericamente, de a cartografia apenas ilustrar por meio de traços, pistas, elementos um determinado campo. Ao passo que, lidando efetivamente com os espaços sociais no campo da educação em cada processo, com cada turma, a partir da cartografia de cada professor, perfazendo recortes menores na idealização de práticas antirracistas, talvez cheguemos a uma topografia, o que demarcaria de forma mais sinalizada, incluindo não só os indícios básicos de uma área mas também seus relevos, e apresentaria de forma mais completa o mapa do que se encontra resultante do trabalho do “topógrafo” educador no trato com as manifestações do racismo estrutural em seus contextos mais específicos, os das instituições de ensino-aprendizagem. Portanto, idealizar práticas antirracistas de forma genérica no campo da educação mais se aproxima de uma “cartografia” – que fugiria ao que denomina cartografia a autora Sumaya Mattar – de uma educação antirracista. Uma vez que tais práticas se efetivam verdadeiramente em um conjunto que se desvela contextualmente, em cada situação, de maneira única, a partir das subjetividades em relação aos demais elementos presentes no espaço dos fazeres da educação.

O ponto nodal que este artigo pretende defender, na verdade, é que as práticas efetivas antirracistas no ambiente educacional devem ser dotadas de uma intencionalidade e de um propósito real, genuíno, que no mundo atual, lidando com um modo estrutural de racismo – que advém de séculos de introjeção em todos os espaços de relação humana –, não se configura como uma tarefa fácil, longe disso. Essa intencionalidade e esse propósito devem estar além da simples percepção de um problema



ou das camadas de responsabilidade social das instituições de educação. Devem ser trabalhados no nível humano da construção das relações e para tanto devem ir além das ideias de resistência ou de remediação de um passado, de um dado histórico que é irremediável e impossível de ser apagado ou desconsiderado. Não seria em um tempo tão curto, em qualquer ambiente de relações humanas, seja nas práticas educacionais, seja em quaisquer outras dimensões da vida, que conseguiríamos construir essa intencionalidade e esse propósito antirracista, que culminaria na prática antirracista. Por ora, o que temos parece não ser mais que tentativas de criar e engendrar contrainformação nas práticas educacionais.

3. As práticas antirracistas como atos de criação e resistência

Sobre este aspecto, o filósofo Gilles Deleuze adverte que a contrainformação, apenas por ela, como ato, não tem potência de luta pela emancipação da subjetividade. Em sua palestra “O Ato de Criação”, o filósofo versa sobre a luta dos homens pela emancipação de suas subjetividades e considera a contrainformação como potência apenas quando esta se manifesta como ato de resistência. Deleuze enxerga na arte mais do que um fazer de comunicação: ele a vê como uma das formas que detêm ou podem deter a potência da contrainformação como ato de resistência.

Deleuze afirma que existe uma afinidade entre obra de arte e o ato de resistência:

O ato de resistência possui duas faces. Ele é humano e é também um ato de arte. Somente o ato de resistência resiste à morte, seja sob a forma de uma obra de arte, seja sob a forma de uma luta entre os homens. (DELEUZE, 1999, p. 14)

Propondo as cartografias como uma perspectiva que toma a arte como processo de subjetivação, Mattar cria talvez um modo de identificar se esses propósitos ou intencionalidades são de fato genuínos no percurso do educador. A autora considera que

O sistema Cartografias de si é uma perspectiva de trabalho com professores baseada na arte como processo de subjetivação, uma perspectiva composta por um conjunto de proposições, meios, processos e procedimentos



teóricos, poéticos e didáticos denominados atos cartográficos, ou simplesmente cartografias, que nada mais são que diagramas de fluxos, mapas de trajeto, em sua maioria, de natureza verbo-visual, capazes de imprimir sentido temporal e topológico aos percursos formativos dos sujeitos participantes do processo. (MATTAR, 2018, p. 261).

Essas ideias são aqui apresentadas para fundamentar o que, deseja-se, seja a proposta de entendimento sobre as práticas antirracistas na educação em seu centro de irradiação. Nada menos do que o entendimento de que tais práticas devem ser estruturadas além do que compete à responsabilidade de construção de uma nova sociedade mais igualitária e humanista – uma atribuição inerente às práticas no campo da educação –, mas devem se constituir a partir de um propósito humano que perpassa todas as dimensões do instituto da educação, sejam os âmbitos profissionais, de relações humanas, de democratização do conhecimento, de compartilhamento dos espaços ou das funções e intencionalidades propostas para além dos currículos, diretrizes e bases da educação. O que se quer expressar aqui é a necessidade do entendimento de que propósitos e intencionalidades antirracistas são mais efetivos nas mudanças necessárias para que se criem os atos de resistência à despotencialização que o racismo estrutural segue operando nas subjetividades em nossa sociedade, para além de nossas fronteiras e, obviamente, dos muros da escola.

4. A colonialidade como base estrutural do racismo

A importante discussão que vem se tornando robusta sobre o colonialismo em povos e países que se formaram com a experiência de terem sido colônias não pode ficar escondida quando tratamos do presente assunto. Inicialmente autores reconhecidos (Homi Bhabha, Edward Said) cunharam termos como “pós-colonialismo”, entendendo que a soberania de povos sobre povos havia, de certo modo, se encerrado com a emancipação política de países que foram colonizados ao longo dos séculos passados. No entanto, recentes reflexões dão conta de que o colonialismo é um processo ainda mais profundo do que um estado de subserviência jurídico-política, como apontam Luiz Fernandes de Oliveira e Vera Maria Ferrão Candau, por exemplo, no texto “Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil”, de 2010. Tendo por base o pensamento de Walter Mignolo (2005), os autores argumentam fortuitamente que



nessa linha de raciocínio, [Mignolo] vai afirmar que as ciências humanas, legitimadas pelo Estado, cumpriram papel fundamental na invenção do outro. Além disso, segundo esse mesmo autor, essas ciências, incluindo a história, criaram a noção de progresso. Com a ideia de progresso se estabeleceu uma linha temporal em que a Europa aparecia como superior. (OLIVEIRA & CANDAU, 2010, p. 20)

A partir dos fundamentos conceituais apresentados pelos autores tendo por base os pensamentos de Mignolo, Fanon e Catherine Walsh, entre outros pensadores do colonialismo, Oliveira & Candau versam sobre a forma de se conceberem projetos de emancipação de epistemologias, que para eles devem se dar por meio da “coexistência de diferentes epistêmes” (OLIVEIRA & CANDAU, 2010, p. 23). Esses autores referem-se mais diretamente ao conhecimento acadêmico; no entanto é oportuno que o argumento seja transposto para as práticas de ensino de menor grau ou práticas educacionais diversas. Tal perspectiva requer um olhar, e olhar é genuinamente um ato que pressupõe uma intencionalidade. Ao se falar em “propósito” como elemento inicial para coexistência de práticas educacionais antirracistas diversas, vamos além das importantes ferramentas para a cocriação destas práticas, sejam leis, sejam missões de responsabilidade social, seja a própria transformação em curso no mundo pós-colonial. Se a base não é um propósito antirracista, enfraquecem-se no substrato do humano tais proposições e em nada se tornam contrainformações como “atos de resistência”, como Deleuze conceitualiza, ou verdadeiramente práticas educacionais. A intencionalidade que demanda um propósito é o fundamento básico de um projeto educacional, seja ele qual for, imprescindível, sob pena de se tornar a prática do trabalho em educação uma espécie de “logística de propostas de relações e trocas sem projeto”.

As práticas educacionais antirracistas são antes práticas de resistência ao racismo, mais do que de combate, dada a forma estrutural do racismo e dada a forma estrutural do colonialismo. O “ato de resistência” deleuziano é criador, enquanto a ideia de combate parece idealizar uma impossibilidade histórica de desfazer acontecimentos ou de remediá-los. Deleuze nos fala, no mesmo texto, que existe uma afinidade entre obra de arte e o ato de resistência:

(...) essa afinidade fundamental entre a obra de arte e um povo que ainda não existe nunca será clara. Não existe obra de arte que não faça apelo a um povo que ainda não existe. (DELEUZE, 1999, p.14)



Gostaria de expandir, nas ideias aqui apresentadas, essa afinidade para o fazer em educação, como, creio, não seria estranho ao filósofo. E a partir desta ideia de que “não existe obra de arte que não faça apelo a um povo que não existe”, do mesmo modo talvez não existam práticas educacionais que não sucedam à mesma proposta.

Daí a tentativa aqui defendida de diferenciar as ideias de “combate” e de “resistência”. Se o ato de resistência, no inverso proporcional do que proclama o filósofo, se dá pela via da criação, o ato de combate fala a algo que já existe. Para não perder a clareza, novamente proponho que existe uma impossibilidade histórica de desfazer a construção estrutural do racismo e a instauração do colonialismo. No entanto, ao se falar em “fazer apelo a um povo que ainda não existe”, parece-me que a prática educacional deve se mirar numa prática criadora e por isso de resistência, pois será fundada no propósito de alcançar um povo sem racismo, sem uma subjetividade despotencializada pelo colonialismo, em um devir que se instaura pela intencionalidade e pelo propósito, anteriormente às práticas, às leis, aos currículos, ou seja, aos instrumentos disponíveis para fazer apelo a este “povo que não existe”.

Hoje, irremediavelmente o que existe é a história. E uma história que Walter Mignolo ilustra justificadamente como uma história de dominação, de povos sobre povos, de cujo processo se engendra este complexo conceito de colonialidade. Mignolo fala em “uma dimensão oculta dos eventos que aconteciam ao mesmo tempo, tanto no âmbito da economia como no do conhecimento” culminando em um estado das coisas que comportava “dispensabilidade (ou descartabilidade) da vida humana” (MIGNOLO, 2017, p. 4). Não se pretende com a perspectiva de Mignolo traçar um panorama da estrutura colonialista que engendra o racismo na estrutura de nossa sociedade, mas sim afirmar a irremediável forma como a nossa história construiu essa estrutura. Mignolo, após uma consideração sobre os acordos de livre comércio nos tempos em que a mercadoria eram os seres humanos, nota que:

ocultadas por trás da retórica da modernidade, práticas econômicas dispensavam vidas humanas, e o conhecimento justificava o racismo e a inferioridade de vidas humanas, que eram naturalmente consideradas dispensáveis. (MIGNOLO, 2017, p. 4).



Para retomar e assim reafirmar os pontos centrais desta reflexão, ficam evidentes nesta “cartografia” – que é também o desvelar de um pensamento no próprio fazer do pensar e do tentar organizar em texto – os pontos que parecem ganhar força de elementos-chave: a melhor qualificação das ideias de “combate” e de “resistência” ao racismo estrutural em práticas de ensino-aprendizagem, ambas conjuminadas no termo “antirracismo”, mas que quando separadas e observadas em suas acepções podem deferir maior ou menor potência nesse fazer criativo. E as palavras “intencionalidade” e “propósito”, tão caras à educação por introjetarem uma espécie de “densidade de espírito”, que, quando presentes, fazem com que se tornem mais diversas as possibilidades – uma vez que a base da criação ou prática antirracista no ensino-aprendizagem passa a ter um corpo como abrigo que se torna intransponível e, por isso, menos passível de desvios por força das “estações” pelas quais o apelo a um “povo que não existe”, citado por Deleuze – este povo antirracista talvez –, esteja sujeito em sua forma – devir.

Impossível não rumar em direção ao fim desta reflexão sem comentar um dos maiores trabalhos sobre emancipação intelectual das últimas décadas, de autoria do filósofo Jacques Rancière. Trata-se da obra *O mestre ignorante*, que intenta construir uma visão sobre a prática do ensino como uma aproximação das vontades de mestre e educandos. Mais uma vez o desejo e as vontades, que são a origem primeira de qualquer propósito no fazer pedagógico, e que tão belamente Sumaya Mattar intenta construir um modo de identificar e observar, por meio das cartografias subjetivas.

5. Em vias de uma conclusão em aberto

Em Rancière o professor não é aquele que emancipa, mas aquele que fornece meios, fatos, elementos para que se constituam as práticas, e estas se fazem pelas subjetividades envolvidas na relação de ensino-aprendizagem. Essa perspectiva também nos interessa, pois não seria interessante postular as práticas antirracistas no ambiente educacional como um conjunto pronto, uma forma aplicada de uma série de idealizações de propostas, ratificando novamente, sem o propósito. E o propósito, novamente ratificando, faz-se na cartografia subjetiva do professor, do aluno, de cada um que esteja envolvido no trabalho de uma instituição de ensino, fazendo com que a “soma das partes” torne-



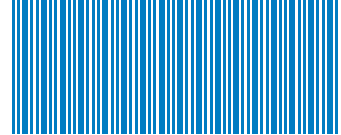
se maior do que “o todo”. Assim como o racismo é estrutural e se manifesta no todo da instituição de ensino, qualquer prática emancipatória desse quadro deve ser integrada e pensada para além das ferramentas das práticas pedagógicas; e estas devem ser realizadas como parte de um propósito maior, tendo em mente a possibilidade de expandir o entendimento do alcance do trabalho da instituição de ensino.

Em uma interessante leitura de *O mestre ignorante* feita pelo Professor Dr. da PUC/RS Marcos Villela Pereira, comparam-se os modelos freireano e jacotista (mestre sobre o qual escreve Rancière):

Definitivamente, afasta-se a perspectiva da emancipação das convencionais associações com práticas de conscientização ou de libertação, à moda freireana. Ainda que haja convergência dos vetores políticos, há diferenças substantivas. Conforme esclarece o próprio Rancière, a proposta freireana está dirigida para o coletivo, enquanto que a intenção jacotista dirige-se ao indivíduo; igualmente, a proposta de Jacotot não busca institucionalizar a igualdade mas investir no desenvolvimento da vontade individual. (PEREIRA, 2005, p. 2).

A leitura feita por Villela nos aponta para esse importante trabalho do filósofo francês, que, em diálogo com o maior nome da educação no Brasil, ilustra o que neste artigo tentou-se apresentar como ideia filosófica de interesse no campo da educação. A necessidade de compreender quaisquer práticas para além dos muros da instituição de ensino, mas desvelar o propósito de cada ente envolvido nos processos de ensino-aprendizagem, como uma coconstrução intersubjetiva. Há que se ter em conta o coletivo e as formas estruturais do racismo, mas apenas por cartografias que apontem o surgimento de um propósito antirracista poder-se-ia imaginar práticas antirracistas verdadeiras. Além do que, tendo a prática no ensino-aprendizagem como ato –, nos serve a ideia de resistência ao racismo, por ora, como criação que envolve desconstrução, nivelada à contrainformação, mas efetiva quando da luta pela emancipação das subjetividades e, portanto, como ato criador.

Espera-se que por meio deste trabalho educadores e partícipes das atividades das instituições de ensino se inspirem a construir em seus cotidianos, além de em seus trabalhos, propósitos antirracistas por meio destes atos criadores e potencializadores. A proposta de uma escrita que englobe concomitantemente as práticas e o campo das ideias se deve ao desejo de que esta se



encontre na escrita cartográfica viva da formação contínua dos educadores – onde possa existir a potência para uma formação individual, que se desdobre no coletivo da sociedade – de uma resistência ao introjetado (porque estrutural) fato da existência do racismo. Racismo este irremediável porque fruto de processos históricos, mas possível de ser enfrentado na construção de um “povo que ainda não existe”, talvez possível como ato de criação.

REFERÊNCIAS

DELEUZE, Gilles. **O ato de criação**. Palestra de 1987. Edição brasileira: Folha de São Paulo, 27 jun.1999.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de & CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia Decolonial E Educação Antirracista E Intercultural No Brasil *In: Educação em Revista* – Belo Horizonte, v.26, n. 01, pp. 15-40, abr. 2010

MATTAR, Sumaya. O lugar do relato autobiográfico no sistema formativo. Cartografias de si. *In: Revista Digital do LAV* – Santa Maria, vol. 11, n. 2, pp. 259-273, mai./ago. 2018

MIGNOLO, Walter De. COLONIALIDADE – O lado mais escuro da modernidade. *In Revista Brasileira De Ciências Sociais* – Vol. 32 N° 94. Tradução: Marco Oliveira. PUC/RJ. Rio De Janeiro. 2017.

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante**. Cinco lições sobre a emancipação intelectual. Tradução: Lilian do Valle. Autêntica. Belo Horizonte, 2002.

PEREIRA, Marcos Villela. A vontade na palavra – a ideia de emancipação em “O mestre ignorante”. *In: Educação*. Porto Alegre – RS, ano XXVIII, n. 3 (57), pp. 547-548, 2005.

Recebido em: 25/05/2021.

Aprovado em: 04/05/2022.

